

Na tarde do dia 7 de julho de 2022, no Acampamento 1.5, tomaram lugar 5 sessões temáticas organizadas por várias organizações subscritoras e participantes no acampamento. Em seguida pode ler os relatos, escritos pelos facilitadores das mesmas, de cada uma das sessões, sendo elas: Modelos económicos mais justos e sustentáveis; Anti-especismo como ferramenta para descolonizar o pensamento; Água e biodiversidade; Justiça global; Ecofeminismo; e Sistemas alimentares são e justos.

Modelos económicos mais justos e sustentáveis – Circular Economy Portugal

A Circular Economy Portugal decidiu a partir da edição 2022 do Circularity Gap Report e preparar uma conversa sobre a relação entre consumo de materiais e pegada carbónica, focando-nos no setor em que os impactos são maiores: a construção e habitação.

A nossa economia linear consome 100 mil milhões de toneladas de materiais por ano e desperdiça mais de 90%. 70% das emissões de gases com efeito de estufa estão ligadas à extração e uso de materiais. Assim, a trajetória de mudança passa necessariamente por alterações radicais na nossa forma de usar os materiais necessários ao bem-estar humano.

O relatório propõe uma série de intervenções em diferentes setores da economia global, que no conjunto permitiriam alcançar uma redução do consumo de materiais em 28%, assim como uma redução das emissões de GEE em 39%. A infografia que acompanha o relatório é muito expressiva, mostrando o peso do setor da construção e habitação na transformação desejada. No seu conjunto, estas intervenções, a operacionalizar até 2032, permitiriam limitar o aquecimento global a 1,5 graus.

Durante a discussão, passámos em revista as 6 estratégias propostas para o setor da construção e habitação e recolhemos os comentários, ideias e exemplos dos participantes. Aqui fica um resumo em forma de lista:

1. Construção eficiente
2. Soluções de habitação naturais
3. Uso eficiente do espaço
4. Aumentar a durabilidade da habitação
5. Materiais de construção circulares
6. Habitação eficiente em recursos

A questão do ordenamento do território mereceu muita atenção durante as conversas e leva-nos a formular um ponto adicional, abordado apenas superficialmente no relatório, mas que tem especial relevância no contexto português:

A aplicação estrita desta regra permite poupar recursos, emissões e ecossistemas que devem ser protegidos para as gerações futuras.

A humanidade tem invadido áreas naturais e construído cada vez mais edifícios ao longo de centenas de anos. Obviamente, são necessárias casas para as pessoas morarem, assim como diversas infraestruturas socioeconómicas. Mas qual é o valor de *resorts* de luxo junto à praia, destinados às elites? Esta é a ameaça que paira sobre a costa entre Tróia e Sines, no Alentejo. Estão previstos [empreendimentos turísticos que irão danificar irreversivelmente uma das últimas e mais bem preservadas zonas selvagens da costa ibérica.](#)

Um dos princípios de uma economia circular é regenerar e proteger os ecossistemas. Projetos de construção destruidores do ecossistema natural e da biodiversidade local não se enquadram numa economia circular. Enquanto este princípio não for reconhecido e aplicado, a transição para uma economia circular e de baixo carbono nunca será concretizada.

A terminar, recomendamos uma visita ao site dos nossos amigos da [Critical Concrete](#), coletivo de arquitetos do Porto que trabalha os temas da sustentabilidade e da cocriação comunitária nas intervenções arquitetónicas, nomeadamente para habitação. Este é um exemplo do trabalho que é necessário fazer para conduzir o setor da construção e habitação na direção certa.

Lê o relatório completo da sessão no site de Circular Economy Portugal: <https://circulareconomy.pt/alinhar-justica-climatica-e-economia-circular/>

Anti-especismo como ferramenta para descolonizar o pensamento – PATAV e FALA

A FALA e a PATAV trouxeram ao debate, o conceito de especismo como mais uma forma de opressão existente no sistema capitalista que explora sem regras os recursos da terra e de quem nela habita, construindo uma hierarquia de poder onde a produção de capital é apenas possível com a exploração de grupos marginalizados. Interligaram o colonialismo e o anti-especismo, com base nos ensaios das autoras negras e feministas Aph e Syl Ko.

Estabeleceu-se coletivamente o entendimento e significado da palavra especismo, como uma valorização da espécie humana em relação a todas as outras e também a discriminação arbitrariamente daqueles que não pertencem a uma determinada espécie, catalogando-os como inferiores e por isso não merecedores de direitos ou consideração dos seus interesses, enquanto seres sencientes, justificando esta ideologia a exploração dos seus corpos.

Colocou-se a questão, se as lutas de opressão deveriam estar unidas, juntando forças e lutando juntas para dismantelar o sistema. A conclusão do grupo foi que é

impossível mudar o estado do planeta enquanto não alterarmos a naturalização de exploração do outro – está tudo interligado no capitalismo, as lutas já estão todas interligadas.

Água e biodiversidade – GEOTA, ProTejo e Tamera

A GEOTA, ProTejo e Tamera organizaram uma conversa sobre água e biodiversidade. Alguns pensamentos e conclusões que saíram das discussões podem ser vistas aqui:

As alterações climáticas e a perda de biodiversidade são sobretudo as consequências e não as causas dos nossos maiores problemas.

Quais são as causas?

- Emissões de gases com efeito de estufa.
- Desflorestação.
- Poluição química, sonora, luminosa, radioativa...
- Extrativismo
- Fragmentação, degradação e destruição de ecossistemas.
- Políticas.

Em suma, a ação humana está na base dos impactos ecológicos que resultam num acumular de problemas crescentes quer em número quer em complexidade acompanhados por políticas que prometem sempre mais e cumprem sempre menos.

Tudo isto, conjugado com o aumento da população mundial traduz-se na urgência de equacionar e trabalhar os temas que estão na base da sobrevivência:

- Água
- Solos
- Ar
- Clima.
- Biodiversidade
- Segurança alimentar...

Soluções:

Imitar o funcionamento da Natureza, contrariar a concentração de poder, exigir políticas alinhadas com a justiça climática e com a necessidade de implementar planos fundados numa estratégia que vise:

- Dinamizar a infiltração de água nos solos
- Implementar práticas agrícolas centradas na conservação do solo
- Dinamizar as práticas agroecológicas.
- Implementar sistemas agro-silvo-pastoris

- Considerar a importância às redes micorrizianas na fertilidade dos solos e na resistência das plantas ao stress hídrico
- Renaturalizar territórios com uma perspectiva sobre as possibilidades económicas.
- Promover rios vivos e livres, sem barreiras à conectividade.
- Implementar sistemas de reserva de água fora do leito dos rios
- Recuperar zonas húmidas.
- Aumentar a superfície de reservas naturais
- Divulgar o conhecimento formando e acompanhando os agricultores no terreno
- Criar redes de apoio para implementar sistemas descentralizados de gestão de água, produção de energia e de alimentos.

Algumas práticas que contrariam a trajetória da regeneração Ecológica:

- Promoção sem controlo o regadio e as culturas intensivas
- Investimento em infraestruturas centralizadas que sabemos serem soluções do passado que têm contribuído para agravar a situação de crescente fragilidade dos territórios e que mais não servem do que para redobrar o brilho das estatísticas e da ambição de poucos.
- A excessiva mobilização do solo e os adubos são responsáveis pela poluição da água, pela perda de capacidade de retenção e infiltração de água nos solos e por uma parte muito relevante das emissões de gases com efeito de estufa associadas à agricultura.

Justiça global – SOS Racismo e Humans Before Borders

A sessão, coorganizada pela Human Before Borders e a SOS Racismo procurou, de forma introdutória abrir a discussão, buscando um consenso prévio sobre o que se entende conceptualmente por justiça, o que se tem em mente quando se fala de global e por fim, mediante isso, procurar resposta(s) sobre o que é ou seria Justiça Global.

O objetivo seguinte era introduzir o tema da discriminação étnica e levar o debate para situações do dia-a-dia que todos vivemos ou que nos rodeiam, em que testemunhamos este tipo de discriminação. O foco era entender o papel das testemunhas em eventos de discriminação e como a sua ação ou inação poderia afetar bastante o resultado final e as consequências para a vítima e o agressor. Recorreu-se aos participantes para discutir diferentes posturas e soluções a propor para lidar com estes problemas.

No geral, houve momentos em que a discussão se instalou e foi possível, coletivamente, refletir sobre um conjunto de situações/problemas (teóricos e práticos) trazidos à tona por diferentes pessoas que foram passando no debate e perante o que se dizia, houve tentativas de pensar e propor soluções.

Ecofeminismo – Climáximo

A crise socio-ecológica que vivemos torna imperativo o reconhecimento da ligação entre as lutas feministas e ecológicas e, por isso, que sejam pensadas alternativas que respondam a ambas em simultâneo. A crise de cuidados é agravada pela crise climática tornando clara a importância do trabalho reprodutivo para a mitigação das causas e efeitos da última. Assim, neste texto serão partilhadas as reflexões conjuntas que ocorreram durante o Acampamento 1.5 sobre como uma análise ecofeminista nos oferece uma alternativa ao modelo capitalista e patriarcal que está na base de ambas as crises.

De acordo com uma abordagem ecofeminista, a exploração do outro, seja o ser humano como a natureza, é condição de ambos os sistemas capitalista e patriarcal. Uma sociedade capitalista é, por definição, segregadora de atividades que visam o lucro e atividades de reprodução social. Paradoxalmente, as atividades de reprodução social são necessárias para gerar lucro ao mesmo tempo que são desvalorizadas.

Uma abordagem ecofeminista reconhece que as atividades de reprodução social fazem a mediação entre a natureza e a economia, permitindo a regeneração diária da vida. Assim, a valorização da esfera imaterial - relações afetivas e interpessoais - que sustém a esfera material devem ser vistos como a chave para lidar com as atuais crises.

Por outro lado, a atual crise climática é uma consequência direta do sistema capitalista. Por um lado, acelera os níveis de dióxido de carbono na atmosfera através das dinâmicas extractivistas da indústria fóssil e, por outro, transfere as consequências destas atividades para comunidades pobres e de cor, principalmente no Sul Global. Além disto, a atual crise ecológica piora a situação das mulheres, por si já exploradas pelo sistema.

- **AS MULHERES NA LINHA DA FRENTE**

No Sul Global, as mulheres são quem assume a responsabilidade e liderança nas tarefas reprodutivas e trabalho rural, assegurando comida, roupa e abrigo. Este seu papel na sociedade faz com que estejam na linha da frente dos impactos diretos da crise climática, enfrentando cheias, secas, poluição ou exploração da terra. Por outro lado, possuem ferramentas e conhecimento prático inserido num contexto real que as torna elementos fundamentais para lidar com os fenómenos naturais. Dada a sua experiência e conhecimento, estas mulheres constituem teriam o poder necessário para providenciar alternativas anticapitalista importantes para trazerem de volta o valor e bem-estar necessário à sua comunidade e fortalecerem as relações entre o mundo natural e não-natural. Tendo em conta que perfazem 80% das refugiadas climáticas, é imperativo encarar o trabalho reprodutivo como um trabalho de base para resolver esta crise climática, mas também de como essa mudança necessita de políticas de justiça global. Existem exemplos em todo o mundo de como as mulheres lideram lutas a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável ou da privatização de bens comuns, como a água ou as sementes.

Na discussão, juntaram-se pessoas de várias faixas etárias, maioritariamente mulheres que deram exemplos de como é que as mulheres são quem assume

maioritariamente o controlo dos resíduos domésticos na esfera privada e de vários exemplos de ativismo pela justiça climática liderado por mulheres, como o caso de "Women Strike for Peace" mas também de batalhas sucessivas de mulheres no Peru contra a mineração, entendendo-se em que medida as lutas pela justiça social e climática estão relacionadas.

Este tópico levou-nos à questão de porque é que ainda são as mulheres a assumir esta posição na sociedade, sabendo que a resposta estaria relacionada com crise de cuidados.

- **CRISE DE CUIDADOS**

A luta pela justiça climática é uma luta pela qualidade de vida, onde o trabalho necessário à renovação diária e geracional da vida garante o sustento das sociedades e suas economias. Desta forma, a dicotomia que o atual sistema capitalista faz entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo beneficia da desvalorização do primeiro em função do segundo, bem como da segregação de géneros associados a cada uma destas esferas: o trabalho reprodutivo à esfera feminina e o produtivo à masculina. Se o sistema fosse forçado a pagar tanto os custos de reparação da natureza como do poder coletivo de reprodução social, o capital decairia de forma abrupta. Não o fazendo, acarreta uma energia social insustentável, que recai sobre mulheres em horas de trabalho de desvalorizado somado às de trabalho assalariado. Por outro lado, quando é valorizado, tende a perpetuar dinâmicas de exploração e mercantilização através da apropriação de mão de obra barata e racializada que está longe de resolver a crise atual, mas mais perto de continuar a promover segregação de género a par de assédio e violência sexual. Neste sentido, forma-se uma dicotomia entre quem pode pagar trabalhos reprodutivos e quem não pode e, por isso, os continua a exercer de forma precária, não esquecendo que dentro da sua esfera privada continua a ser realizado gratuitamente. Deste modo, o capital perpetua esta desvalorização do trabalho essencial à reprodução da vida, bem como a segregação entre homem e mulher, rico e pobre, norte e sul.

Enquanto o sistema não reconhecer que o trabalho produtivo e, por isso, lucrativo, não existiria sem o trabalho reprodutivo continuará a existir uma crise de cuidados. Existe uma necessidade endémica do sistema de menosprezar as atividades e serviços sociais que nos garantem qualidade de vida, sendo vistas como entrave ao lucro. Considerar as capacidades reprodutivas da sociedade tão finitas como os recursos da Terra, é um importante passo para não as tomar por garantidas.

Considerou-se que uma comunidade mais forte seria uma ferramenta importante para fomentar e valorizar uma cultura de cuidados. A tendência à individualização da sociedade reflete-se também na estrutura familiar, tomando a ideia de parentalidade partilhada como um exemplo de um modelo alternativo onde os cuidados estariam no centro da sociedade. Pertinente também foi encarar o trabalho reprodutor como sendo de baixo carbono e, por isso, ao ser valorizado de forma igualitária contribuir para a transição justa que precisamos.

- **ALTERNATIVAS ECOFEMINISTAS**

Foram explorados 4 grandes tópicos: A descolonização e justiça global; o planeamento do território de forma democrática; formas alternativas de produzir e reproduzir e transição justa com cuidados no centro. Neste debate, foi bastante claro que o Norte Global tem uma dívida social e ecológica para com o Sul Global e que nesse sentido, seria necessário pagar essa dívida. Para isso, a desmilitarização de territórios bem como a garantia integral dos direitos migrantes, garantindo a sua inclusão no planeamento democrático do território. O segundo ponto levantou algumas dúvidas: falou-se de uma rede de transportes que auxiliasse a mobilidade e serviços de cuidados como as escolas, compras ou trabalhos. Contudo, o planeamento urbano a nível de infraestruturas foi mais difícil de conceber. Assim, foi esclarecido que locais públicos como creches, lavandarias ou refeitórios poderiam fazer parte da oferta de serviços básicos incondicionais, promovendo a socialização e a diminuição do tempo de trabalho.

De resto, concluímos que ganhar será ao contruir uma sociedade com cuidados no centro que não perpetuem as mesmas desigualdades sociais.

Sistemas alimentares são e justos – GAIA Alentejo e Juntos pelo Sudoeste

Alternativas procuram-se:

- Subsistência e economia familiar como forma de reduzir a dependência de mercados e aumentar a autonomia;
- AMAPs (Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade) também chamadas CSA. Existem várias em Portugal, as destacadas foram a AMAP Sado e Alvalade e a AMAP Maravilha. São organizações informais baseadas na agricultura familiar que produzem alimentos seguindo os princípios da agroecologia. Debatem-se com vários desafios, entre os quais a expansão à sua volta de toda uma série de mega-projetos sejam eles energéticos ou agrícolas industriais, com a organização interna, relações pessoais e excesso de trabalho, alterações climáticas e falta de apoio e reconhecimento por parte das entidades competentes. O impacto que têm é criarem oásis de vida nos locais onde produzem, facilitarem a ligação das pessoas co-produtoras (na AMAPs não há consumidoras) com a terra e os processos produtivos e providenciam acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. São representadas pela Rede Portuguesa de Agricultura Solidária (REGENERAR) - <https://amap.movingcause.org/rede-regenerar/> - e internacionalmente pela URGENCI – <https://urgenci.net/>.
- Hortas comunitárias urbanas como a do Barreiro, que servem de introdução de muitas pessoas urbanas à terra e ao alimento, servem também como ponto de encontro convívio e troca de experiências. Os principais desafios são as várias tarefas inerentes à manutenção de hortas, a introdução de novas pessoas às práticas da horta e a manutenção da biodiversidade. Bajo el Asfalto está la huerta - <http://bah.ourproject.org/vieja/queeselbah.htm> – coletivo autogerido em Madrid que okupa e cultiva hortas em terrenos da periferia de Madrid, para abastecimento de cooperativas de consumo ecológico na cidade. Incredible edibles - <https://www.incredibleedible.org.uk/> - ocupam espaços e jardins públicos para cultivo de alimentos e plantas medicinais que ficam acessíveis a quem passa;

- Cooperativas: Cooperativa Mula - <https://www.facebook.com/CooperativaMula/> - é um centro social com uma cantina, forno a lenha, e mercearia biológica e de produtos locais. Cooperativas integrais Minga (<https://mingamontemor.pt/>), regenerativa e da Terra (<https://cooperativadaterra.pt/>) apoiam pequenos produtores e artesãos locais a escoar os seus produtos, e também entre outras coisas providenciam uma base legal para negócios locais e regenerativos. Têm como desafios as relações humanas e a carga burocrática e administrativa necessária para gerir uma comprativa;
- Feiras, mercearias que vendam produção local e mercados locais como a Feira do Relógio em Chelas e a feira da terra (ou reforma agrária) em Aljezur. Muitas terras pelo país fora têm feiras e mercados onde se podem encontrar produtos locais a bons preços, basta procurar. Uma boa solução e alternativa seriam estes mercados estarem abertos a horários em que as pessoas trabalhadoras possam ir, porque se não os supermercados ganham sempre pela comodidade;
- Criação de redes de produtores locais para a troca de produtos, conhecimentos, acesso a mercados e financiamentos. Os principais desafios é não haver organizações e financiamentos públicos (extensão rural) nem organizações abaixo do Tejo que aglomerem, organizem e deem apoio sistemático aos pequenos produtores. O impacto poderia ser uma autêntica revolução se a vida no campo fosse viável e preenchida;
- Venda de cabazes diretamente ao consumidor final;
- Redução do consumo de carne industrial em virtude de produtos de origem vegetal;
- Abastecimento da restauração coletiva como lares, escolas, hospitais, etc com produtos vindos de produção local familiar. Exemplos são os projetos Aproximar da DGADR -<https://aproximar.rederural.gov.pt/projeto.html> – e o projeto Sistemas Alimentares Locais da In-Loco - <http://www.in-loco.pt/pt/projectos/20210730/sistemas-alimentares-locais-sal/> -que pretendeu criar uma comunidade de práticas entre os municípios do Algarve com vista ao abastecimento da restauração coletiva a partir da produção local;
- Pastagens Regenerativas – <https://www.esdime.pt/projeto/pastagens-regenerativas> - projeto local que criou e está a dinamizar uma comunidade de prática e grupo de investigação em torno do pastoreio dirigido regenerativo e técnicas de retenção de água na paisagem, no que se pode considerar a zona em maior risco de desertificação de Portugal, os concelhos de Mértola, Ourique e Castro Verde. Desenvolve também uma metodologia de aprendizagem, para agricultores e agricultoras, inovadora baseada na co-criação e partilha de conhecimentos entre pares.
- Unidades de compostagem na ruralidade para fornecer composto de qualidade às hortas e campos agrícolas, de forma a garantir a autonomia em nutrição ecológica para as plantas. Já existem unidades deste género por exemplo no Algarve onde a Algar disponibiliza corretivos orgânicos - <https://www.algar.com.pt/pt/areas-de-negocio/produtos/corretivos-organicos/>. Os desafios desta abordagem são a legislação e regras deste processo, uma vez que todos os resíduos recolhidos nos municípios pertencem à empresa de tratamento de resíduos e como tal não podem ser transformados

no próprio concelho, tendo que ir para a unidade centralizada de transformação. Isto dificulta a obtenção de composto porque há que deslocar-se e ter uma carrinha com capacidade para trazer o composto. Outro desafio é não existir uma estratégia concertada, sendo esta disponibilidade desconhecida de muita gente;

- Aposta na educação ambiental de crianças, jovens e adultos para o consumo local e consciente, por exemplo através das AECs (qualquer pessoa pode propor uma AEC);
- Criação de unidades de transformação móveis, municipais ou intermunicipais que estejam legalizadas com todas as burocracias e permitam a pequenos produtores transformarem e acrescentarem valor aos seus produtos;
- Encontros para troca de sementes, permitem que pessoas iniciantes e experientes levem e semeiem uma boa variedade de hortícolas sem pagar nada, o desafio é passar a mensagem e conseguir que as pessoas se desloquem ao local para trocar sementes. Exemplos são as festas da semente - <https://www.facebook.com/events/2319674914991431/> - facilitadas pelo projeto círculo de sementes – <https://seedfreedom.info/partners/circulos-de-sementes-circles-of-seeds-portugal/>. Outro exemplo foram as trocas de sementes realizadas no mercado da terra em Alvalade do Sado – <https://www.facebook.com/mercadoalvaladesado/>.
- Garantir o acesso à terra e à água a quem mantenha variedades de espécies locais:
- Cursos profissionalizantes financiados pelo IEFP que deem formação em agroecologia, tanto a técnica como a parte política e científica, e que depois garantam o acesso da pessoa à terra e o escoamento dos produtos produzidos. Exemplo disto é o programa de bolsa de terras da associação terra sintrópica em Mértola - <https://www.cm-mertola.pt/municipio/comunicacao-municipal/noticias/item/4150-programa-bolsa-de-terras-vaga-disponivel> – que está a dar formação a pessoas para produzirem de forma sustentável e baseado nas técnicas da agricultura sintrópica e ao mesmo tempo tentando garantir que depois de as pessoas passarem pelo programa têm acesso a uma terra e o escoamento dos produtos garantido;
- Alteração dos currículos de agronomia nas faculdades para incluir cadeiras obrigatórias de agricultura sustentável. Isto podia ter um impacto muito positivo nos ecossistemas pois são estas pessoas que vão gerir as explorações agrícolas, no entanto esbarra na fossilização dos cursos de agronomia;
- Sistemas participativos de garantia (SPGs) - <http://www.draplvt.mamaot.pt/DRAPLVT/Comunicacao/Noticias/Pages/Sistema-Participativo-Garantia-Circuitos-Curtos-Agroalimentares.aspx> – e - <https://www.adrepe.pt/spg/> - este consiste num sistema que se distingue dos sistemas de certificação por terceiros, porque envolve um grupo interessado de pessoas na definição dos critérios para a garantia;
- Coletivização de terras em que as terras passam a ser de uma associação gerida por quem habita num determinado território. Convertendo assim as terras privadas novamente em baldios de aproveitamento coletivo;
- Agricultura social como a praticada na Quinta do Pisão em Cascais em que os excedentes da horta biológica são levados até ao centro de apoio social do Pisão

e transformados em doces e compotas por pessoas com patologias psiquiátricas, promovendo a sua reintegração na sociedade;

- Melhorar a mobilidade pública no interior e permitir que produtos sejam transportados até aos centros de consumo recorrendo a transportes coletivos como autocarros ou comboios. Seria também interessante haver vendas de produtos locais nas interfaces de mobilidade;
- Porco na escola podia ser uma boa forma de combater o desperdício alimentar. Bastava que cada escola tivesse um porco e que este fosse alimentado com os restos de comida da cantina;
- Para obter conhecimento sobre a produção de alimentos existem várias ferramentas: vídeos disponibilizados pelo project kamp – <https://projectkamp.com/mission.html>; a plataforma woofing – <https://woof.pt/pt/> - que permite ter experiências de voluntariado em quintas biológicas (e não só); simplesmente visitar quintas e projetos nas redondezas e perguntar se podem ir ajudar um dia, um bom sítio para começar a procurar é no mercado local; fazer a própria horta, só assim é possível aprender verdadeiramente; toda uma panóplia de livros e recursos online, tendo sempre em atenção a adaptação das técnicas ao contexto edafo-climático local;
- Criar campanhas de marketing e publicidade pró-consumo local, e campanhas de boicote às grandes empresas agro-industriais e de distribuição;
- Trazer consciência para os circuitos curtos agroalimentares especialmente nos grandes centros urbanos, que é onde se encontra a maior procura e o maior consumo, e que ao mesmo tempo pode ser onde a pequena agricultura encontra boas condições de mercado e inspiração;
- Trazer novamente a discussão sobre os transgénicos e os seus perigos;
- Colocar a questão dos sistemas alimentares no centro do debate sobre as alterações climáticas;
- Criar parcerias com Associações de Desenvolvimento Local de forma a conseguir financiamentos e apoio para a pequena agricultura;